

Os caminhos do ouro

O Caminho Novo e a Fazenda do Governo

Maria Beltrão

Pesquisador Associado do Depto. de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional/UFRJ. PhD em Arqueologia e em Geologia pela UFRJ. Possui nove livros publicados no Brasil, dentre eles Ensaio de Arqueologia: uma abordagem transdisciplinar, publicado em 2000. Mais de duzentos e cinqüenta trabalhos publicados no Brasil e em outros países. Realizou mais de sessenta exposições no Brasil e fora dele. Preside, atualmente, o Pen Club do Brasil e o Instituto Walden – Tempo, Homem e Natureza.

Os caminhos

Antes de o Brasil ser “descoberto”, já estava interligado por uma rede viária a que freqüentemente se chamou “peabiru”, cujo significado, em tupi, é “caminho que se percorre”. Esses caminhos, criados pelos indígenas, ligavam as aldeias aos seus acampamentos e a outras aldeias localizadas em regiões diferentes, inclusive fora do “Brasil”. Eram trilhas abertas na mata, tendo, em geral, cerca de 2,50 m de largura

e aproximadamente 1400 km de extensão, segundo relatos da época.

Possuíam singular importância em uma terra estranha e desconhecida. Foram, também, muitas vezes utilizados nas *entradas*, isto é, nas expedições de caráter oficial, que partiam da costa leste, de reconhecimento da terra e pesquisa de metais preciosos, especialmente no século XVI. As *entradas* diferiam das *bandeiras*; estas eram expedições de caráter particular com objetivos econômicos: caça de indígenas



para mão-de-obra escrava e/ou busca de pedras e metais preciosos. As *bandeiras* foram empreendidas principalmente por paulistas, que geralmente eram descendentes de portugueses e índios.

Algumas das estradas hoje existentes tiveram sua origem em antigos “peabirus”. Um dos exemplos é a atual BA-052 conhecida por “Rodovia do Feijão” que liga Salvador, no litoral, a Irecê, no interior da Bahia, com mais de 400 km de extensão. Esse “peabiru” era denominado “mairapé”, “caminho do sábio”.

Em estudo anterior, a autora havia chamado a atenção para uma variante do “Caminho Novo” denominada “Caminho do Proença” que correspondia a um antigo “peabiru” indígena, ao longo do qual encontrou restos de aldeias desse grupo indígena.

O tema central deste ensaio é o “Caminho Novo” e a “Fazenda do Governo”, cortada tanto por este caminho como por duas de suas variantes. Entendemos por caminho a faixa de terreno que é preparada para o trânsito de um ponto a outro. Um dos “Caminhos Velhos”, datado do século XVI é conhecido como dos índios Goyanazes, que viviam na capitania de São Vicente e principalmente em Angra dos Reis, Ilha Grande e Paraty. Está situado no sul do estado do Rio de Janeiro, próximo ao limite com o estado de São Paulo, na microrregião da Baía da Ilha Grande. Esse caminho partia de Paraty, alcançando a região de Cunha já na capitania de São Paulo.

Sabe-se que Portugal, à época de sua expansão marítima, procurava manter em sigilo alguns dos lugares descobertos (e, portanto, seus caminhos...) para melhor explorá-los economicamente. Nos primeiros contatos “concretos”, a terra prometia

pouco. Não havia perspectiva de lucro imediato. O monopólio do pau-brasil foi arrendado a Fernão de Noronha, mercador português, que obteve de d. Manuel I concessão real para explorar os recursos naturais do Brasil, sobretudo o pau-brasil, e que deveria defender a terra da “cobiça” de franceses e espanhóis.

Os portugueses costumavam estabelecer feitorias em pontos estratégicos do litoral. A feitoria tinha várias funções, como a política: o feitor era o representante do rei e servia como intermediário entre os indígenas e os traficantes, cabia-lhe também a responsabilidade de defender tanto o monopólio do comércio, quanto a terra. Além disso, na feitoria eram armazenadas as mercadorias até o embarque para Portugal.

No Brasil, o contato interétnico variou de acordo com o processo de conquista e colonização. Neste “mercantilismo inicial”, as relações de troca, chamadas escambo, permitiram tanto a obtenção de mercadorias quanto a prestação de serviços e, indiretamente, a assimilação de manifestações culturais. Esses bens, que possuíam valor econômico apenas estimado, se constituíam, de um lado, em provisões, permissão para a retirada de recursos naturais e, ainda, prestação de trabalho, e, de outro, em objetos e manufaturados. O estudo comparativo dessas trocas ainda está para ser mais desenvolvido, mas, certamente, deve-se desde logo descartar a lenda, tão difundida, de um “intercâmbio ideal” entre as diferentes partes envolvidas.

A permanência dos portugueses trouxe, para a nova terra, a implantação de um modelo econômico que impôs profundas transformações ao universo material e simbólico das populações nativas. Por exemplo, a transformação de suas aldeias

em aldeamentos, em sua maior parte administrados por jesuítas e, principalmente, o extermínio de diversas populações indígenas. Em certos momentos, os índios que espontaneamente aceitassem abandonar suas aldeias não eram feitos escravos, porém eram conduzidos a novos aldeamentos criados pelos portugueses especialmente para esse fim nos arredores dos núcleos coloniais. Lá eles eram catequizados e depois disso eventualmente “alugados” aos colonos pelos jesuítas responsáveis pelo aldeamento.

Outra estratégia adotada pelo governo português para dar conta do processo de colonização do Brasil foi a de dividir a nova terra entre particulares, grandes fidalgos da Casa Real ou altos funcionários do Reino, dispostos a arcar com os custos dessa empreitada. Essa divisão, feita sob a forma de Capitânicas Hereditárias, não consistia na doação efetiva de terras ao donatário, mas apenas o seu usufruto. A ameaça de franceses e espanhóis, que rondavam a costa brasileira, os primeiros interessados no pau-brasil e, os segundos, na região do Prata, também foi decisiva para a adoção da divisão em capitânicas. Neste sistema, que já havia sido implementado por Portugal em suas ilhas do Atlântico, o plantio da cana em algumas capitânicas se desenvolveu enormemente e a necessidade de mão-de-obra para essa cultura acarretou a vinda do escravo negro para o Brasil. Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, ilustra bem tal momento ao solicitar ao rei licença para a importação de africanos.¹

Como a Espanha, Portugal passou, também, a organizar expedições rumo ao interior em busca de ouro e pedras preciosas. Ainda no século XVI, duas expedições foram ordenadas por Martim Afonso de

Souza, que havia sido enviado pelo rei ao Brasil com poderes de governador, com a missão de desenvolver a colonização da nova terra e de patrulhar a costa. Uma saiu do Rio de Janeiro, sob seu comando pessoal, com o objetivo de fazer reconhecimento, e outra, que mandou realizar em 1531, saindo de Cananéia, hoje município do litoral sul de São Paulo, para verificar as informações sobre a ocorrência de inúmeras minas de metais preciosos em pontos não muito distantes do litoral. Esta segunda expedição, liderada por Pero Lobo, era composta por oitenta homens que nunca voltaram; acredita-se que foram dizimados por indígenas. É importante registrar que essas expedições nada encontraram de significativo e não fundaram povoações.

A Coroa apelou para os paulistas, mais experientes nesse tipo de incursão e na captura de índios, por terem se adaptado mais rapidamente às condições locais e ao contato com sociedades tribais. Para o bandeirante, a “rede viária” encontrada, apesar de incipiente, foi de grande préstimo, tanto que pouco ou nada a ela acrescentaram por muito tempo. Além disso, aprenderam com as práticas – daqueles a quem chamavam “bugres” – a se guiar e a reconhecer as marcações dos caminhos.

Os diferentes sistemas indígenas de “mapeamento” do território, do tempo (e das condições de tempo) foram, muitas vezes, culturalmente reelaborados pelos portugueses em benefício da expansão colonial – e dos percursos que trilhou.

Foi nesse contexto que surgiu Fernão Dias Paes, bandeirante legendário. Descendente dos primeiros povoadores de São Vicente, capitania da qual se originou o estado de São Paulo, Paes nasceu em Piratininga, hoje município do estado de São Paulo, em 1608 e morreu em



Sumidouro, hoje município do estado de Minas Gerais, em 1681. A partir de 1638, chefiou várias expedições de apresamento de índios no sul do Brasil. Entre 1647 e 1681, explorou vasta área em Minas Gerais. Em 21 de julho de 1674, deu início à expedição denominada “Bandeira das Esmeraldas” por sugestão do 1º visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, militar e político português, que, em 1671, fora nomeado governador-geral do Brasil, cargo no qual permaneceu até 1675. Apoiado no mito do “itaberá-açu”, a serra resplandecente de prata e esmeralda descrita por indígenas, Fernão Dias Paes recebeu do citado visconde um pequeno auxílio oficial, plenos poderes como chefe da expedição e o título de “Governador das Esmeraldas”. Ao longo de sete anos de caminhada, fundou inúmeros povoados, como os de Paraopeba e Sumidouro, este último nas proximidades do rio das Velhas e, ao final, pensou ter encontrado as famosas esmeraldas. Essas, na verdade, não passavam de turmalinas verdes sem maior valor. Fernão Dias Paes não encontrou esmeraldas, mas

abriu caminho para o ciclo do ouro das Minas Gerais.

Outras expedições se sucederam, havendo um movimento continuado do litoral para o interior com a criação de núcleos populacionais expressivos, gerando um aumento do fluxo migratório no caminho existente tornando-o, então, em certa medida, perigoso. Conseqüentemente, foi necessário encontrar outro caminho, cuja abertura foi encomendada por Artur de Sá e Menezes, governador da capitania do Rio de Janeiro no período entre 1697 e 1702, a Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, e que era considerado capaz de traçar um rumo de Minas para o Rio de Janeiro. Esse caminho ficou pronto em 1704 e recebeu o nome de “Caminho Novo das Minas”, mas muitas vezes o encontramos como “Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes”.

O “Caminho Novo” parte do Porto da Estrela, hoje em Duque de Caxias – município da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, localizado às margens do rio Meriti, perto de sua foz, na orla ocidental da baía de Guanabara – indo até as regiões onde foram descobertas jazidas como as das atuais cidades de Ouro Preto, Sabará e Cuiabá, localidade próxima a Curral D’el Rey, em Minas Gerais, hoje Belo Horizonte.

Em 1720, foi criada a Capitania de Minas Gerais. Dentre as povoações fundadas em Minas, Vila Rica era das mais procuradas embora o ouro fosse explorado de modo bastante simples. Nessa época, as ligações com o litoral se faziam pelo Rio de Janeiro. O “Caminho Novo” abriu uma fase de acesso entre o litoral e o interior, com Minas Gerais criando condições para que, notadamente depois de 1800, outras variantes passassem

pelo registro. Registro era o local de cobrança de tributos, geralmente na confluência.

A “Fazenda do Governo”

Iremos agora apresentar, de modo sumário, a evolução patrimonial da “Fazenda do Governo”, que serve como exemplo para o estudo do patrimônio fundiário e suas relações com a estrutura familiar brasileira no decorrer do tempo, desde o Brasil colonial até os dias de hoje. Esse tipo de trabalho não é, hoje, muito usual, podendo servir de estímulo para análises mais abrangentes.

Prática comum na administração colonial portuguesa era a concessão de sesmarias. Essas eram uma forma de doação de terra feita pelo soberano, ou por representantes seus, mediante requerimento do interessado, que podia ser qualquer pessoa, “desde que cristão”, com a condição de que utilizasse a terra.

De acordo com a memória de sesmaria existente no Arquivo Nacional, em 30 de dezembro de 1703, Jorge Pedroso de Souza, coronel do regimento de Ordenanças² da Vila de Paraty, requereu uma sesmaria:

“(…) onde acabam as terras da sesmaria de José Borges Raimundo, no Sertão da Serra do Frade e da Tocaia Grande, na Vargem do Rio Paraíba correndo por detrás da Rocinha da Vargem do capitão-mor Garcia Rodrigues Paes até o mesmo Rio Paraíba, uma légua em quadra (...)”.

Obteve a concessão da sesmaria pretendida em 22 de março de 1723. Jorge

Pedroso de Souza a vendeu ao capitão José da Costa Almeida por escritura de 14 de agosto de 1723. José da Costa Almeida e sua mulher d. Maria Ribeiro venderam a sesmaria ao governador Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos Noronha em 16 de agosto de 1728, representado na pessoa de seu bastante procurador José Ferreira da Fonte que, em 1703, fundara a fazenda que denominou “Secretário”, título de seu cargo e que é a origem da localidade de igual nome, atual distrito de Petrópolis.



O governador e capitão-general da cidade do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos Noronha, adquiriu a sesmaria chamada de “Sesmaria do Governo”. Daí, o antigo nome, que a fazenda teve por muito tempo: “Fazenda do Governo”.

O novo proprietário doou a metade dessa sesmaria à Santa Casa de Misericórdia da Corte e esta vendeu a sua parte ao dr. Manoel Correa Vasques, como declara a escritura feita a 11 de julho de 1741. Poucos meses depois Pedro Dias Paes Leme tornou-se dono dela, por compra efetuada a 21 de setembro de 1741.

Pedro Dias Paes Leme vendeu a propriedade a Caetano Borges da Costa e a sua mulher, em 7 de abril de 1750. O casal teve duas filhas. Morrendo Caetano Borges da Costa, sua viúva casou-se com Manoel José Dias, e em 5 de dezembro de 1792 vendeu sua parte aos genros, sargento-mor Antônio José da Cunha e o capitão Antônio José da Costa Barbosa. O capitão Antônio José da Costa Barbosa tornou-se dono de toda a “Fazenda do Governo”, não só porque herdou uma parte, por ser “cabeça de casal” de sua mulher, como também porque comprou os quinhões dos demais co-herdeiros.

O capitão Antônio José da Costa Barbosa recebeu mais tarde, em 19 de junho de 1799, uma sesmaria de terras contíguas às que possuía, alegando em seu requerimento:

“Antônio José da Costa Barbosa, proprietário da Fazenda do Governo onde tem um engenho de açúcar e está levantando outro, pede terras no fundo da Fazenda do Governo ‘Certão’ para a parte de Sardoal onde há sobejos de terras que os seus antepassados sempre as estimaram por suas, e ermida de Nosso Senhor de Matozinhos partindo por um lado com terras do Mestre de Campo Fernando Dias Paes Leme e José Pedro Francisco Leme, e por outro com terras do Padre Manuel Barbosa”.³

Antônio José da Costa Barbosa manteve querela judicial com seus vizinhos por causa das divisas de suas sesmarias. Além da “Governo”, era proprietário da “Fazenda Bela Vista” que compreendia

duas partes, “Cascatinha e Três-Barras”, mais tarde importantes fazendas.

Por morte de Antônio José da Costa Barbosa, suas propriedades passaram a suas filhas. Á Henriqueta Amélia, casada com o coronel José Joaquim dos Santos, coube a “Fazenda das Três-Barras”.

Á Adelaide, casada com o capitão Francisco Antônio da Costa Barradas, coube a “Fazenda Bela-Vista”, que pertencia à “Sesmaria do Governo” e que ia até a “Tocaia Grande”. Deste casal, nasceram João Carlos da Costa Barradas, Antônio Augusto da Costa Barradas e Ana Adelaide da Costa Barradas, que se casou com o dr. Martinho Fonseca Reis.

Das outras duas terças partes da “Fazenda do Governo” deixadas por Antônio José da Costa Barbosa, couberam, uma à sua filha Pulicena Augusta, casada com o espanhol d. José Antônio Linhares. Esta parte, que compreendia a sede da fazenda⁴ e que mais tarde passou a chamar-se “Fazenda do Governo Velho”. E a outra à sua filha Francisca Cândida, casada com o dr. Luis Nicolau Favre, os quais construíram, nessas terras, para sua residência, o prédio da atual “Fazenda do Eremitório”, com suntuosa capela interior, na qual eram celebradas regularmente missas, assistidas por muitos escravos e vizinhos. O dr. Luis Nicolau Favre era de origem suíça e formado em ciências físicas e naturais.

D. Linhares em nada melhorou sua fazenda. Passou a maior parte da vida a querelar com seus vizinhos, mantendo rivalidades e ódios com os mesmos.

Segundo relatos, d. Linhares, como fazendeiro, tinha comportamento tirânico, e era conhecido na localidade pela martirização de seus escravos. Os casos mais chocantes contam que “(...) podia chegar a

cozinhar alguns em tachos de água fervente e que andava sempre a engenhar cruentos e inéditos castigos”. Seu comportamento socialmente agressivo ultrapassaria os limites de sua propriedade; manifestava-se, por exemplo, quando proibia o trânsito pela estrada pública que cortava suas terras, o que obrigava a constante intervenção dos poderes públicos, para atender as reclamações dos viajantes e de seus vizinhos. E quando conflitava com um vizinho mandava, à noite, seus escravos sangrarem os animais do desafeto...

Devido a esse temperamento cruel e o difícil convívio, d. Pulicena Augusta conseguiu divorciar-se de seu marido e obter “partilha amigável de todos os bens do casal, em virtude da sentença de divórcio perpétuo, proferida contra seu marido na Cidade da Bahia(sic), por acórdão de 5 de junho de 1835”.

O divórcio perpétuo é concedido pela Igreja Católica. Neste caso, foi dado na cidade da Bahia por ser então a sede da província religiosa do Brasil. Contudo, mesmo depois do divórcio, d. Linhares não abandonou a “Fazenda do Governo Velho” e d. Pulicena foi obrigada a vender o que lhe restava. A 27 de setembro de 1839 “vendeu os ranchos na paragem João Grande e a 6ª parte da Fazenda Engenho do Governo com gado vacum, cavalos, muar e ovelhum, escravos, safra de plantações, móveis etc., por 12:000\$000 ao dr. João Crisóstemo Pinto Fonseca”, parente do ramo da família Mello Franco radicada no Rio de Janeiro.

Muito diferente de d. Linhares era o dr. Lucio Nicolau Favre, que fez em sua parte da “Fazenda do Governo”:

“(...) melhoramentos consideráveis, instalando modernos enge-

nhos de açúcar, cuja produção, que se tornou considerável, era transportada para o Porto da Estrela, em caixas, por meio de numerosos lotes de bestas em trabalho ininterrupto. Fez na fazenda hospitais e senzalas higiênicas⁵, lavoura de café etc., e auxiliou em implementos na área da produção. Faleceu, o dr. Luis Nicolau Favre, em 29 de março de 1847, não deixando filhos”.⁶

Ficando viúva do dr. Luis Nicolau Favre, casou-se d. Francisca Cândida a 4 de outubro de 1847 com o dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha, advogado e inventariante do espólio. O qual se tornou, assim, o décimo proprietário da “Fazenda do Governo”. D. Francisca Cândida querendo ajudar o dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha, resolvera se casar com ele “por ser um rapaz pobre”, que embora não dispusesse de posses, passara por uma Faculdade de Direito e era da família do marquês de Inhambupe, Antônio Luís Pereira da Cunha, homem de grande destaque no Império. Possivelmente foi quem conferiu à fazenda o seu aspecto atual, com elementos do século XVIII.

Durante o tempo em que a “Fazenda do Governo” pertenceu ao dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha, foi visitada por viajantes ilustres, entre eles Charles de Ribeyrolles, publicista e político francês. Nascido em 1812, em 1851 teve de se expatriar da França junto com seu amigo Vitor Hugo e acabou vindo para o Brasil em 1858, aonde veio a falecer em 1860. Também lá esteve o dr. Auguste François Marie Glaziou, botânico francês, que se transferiu para o Brasil em 1860. Foi responsável, entre outros trabalhos signifi-

cativos, pela modernização paisagística dos jardins do Passeio Público do Rio de Janeiro e chegou a ser diretor dos jardins imperiais em 1868. Além destes, o Conselheiro José Saldanha da Gama, lente da Escola Politécnica, a frequentou.

A princípio, o dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha viveu em harmonia com d. Francisca, melhorando sempre a fazenda. Envolveu-se, também, na vida política, sendo vereador em várias legislaturas. Mais tarde, porém, teve de vender a tradicional fazenda para pagar uma dívida hipotecária aos herdeiros do barão de Diamantina, Francisco José de Vasconcelos Lessa.



Do casamento de d. Francisca Cândida com o dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha não houve descendência. D. Francisca Cândida faleceu em 22 de agosto de 1863, sendo enterrada na Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, localizada em Matozinhos, na freguesia de Santa Ana de Cebolas, hoje município de Paraíba do Sul. Deixou, por testamento à sua afilhada Eulália, filha do dr. José Saldanha da Gama, a quantia de 5:000\$000.

Ainda no período em que a fazenda pertencia ao dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha, mais precisamente em fevereiro

de 1848, durante a excursão de d. Pedro II à região, a “Fazenda do Governo” recebeu-o para almoçar. Prosseguindo viagem, o Imperador pernitoou além da vila de Paraíba do Sul, na “Fazenda da Boa Vista”, do coronel João Gomes Ribeiro de Avelar.

Consta dos registros referentes à passagem do Imperador pela “Fazenda do Governo” que:

“(…) o brilhante sol do dia 2 do corrente iluminava com os seus primeiros raios a fazenda denominada Governo, quando S.M.I. e todo o seu estado aparecia no terreiro da mesma fazenda. Um grito de prazer – aí está o Imperador – soltado por todas as pessoas que o avistaram, foi quem (sic) primeiro anunciou a sua chegada; porém imediatamente depois doze girândolos⁷ de foguetes subindo ao ar, mais longe levaram a grata notícia de que o Anjo Tutelar do Brasil realizava os mais louváveis desejos do sr. dr. Pereira da Cunha de ter por seu augusto hospede o Chefe da Nação. S. M. acompanhado de seus semanários,⁸ ajudante de campo, presidente da província e dos drs. Pereira da Cunha e Macedo, juiz de Direito da Comarca, que o haviam ido esperar além das fronteiras da fazenda, apeou-se às 6 horas e 17 minutos da manhã e, depois de por algum tempo conversado com o sr. dr. Cunha na espaçosa varanda da casa, retirou-se aos quartos que lhe estavam destinados, a fim de mudar roupa, nisto demorando-se cerca de meia hora. Ao sair deles fez logo a honra de dar a mão a

beijar a muitos cidadãos de diversas classes que pressurosos tenham vindo, alguns, de muitas léguas de distância para fruir de tão subida honra. A alguns destes cidadãos, S.M.I. fez imediatamente a graça de dirigir-lhes a palavra, informando-se especialmente com o sr. comendador Hilário⁹ a respeito da estrada que ainda tinham a percorrer. Pouco depois o sr. Pereira da Cunha solicitou de S. M. a permissão de apresentar-lhe sua família, o que sendo-lhe concedido, foram admitidas à augusta presença sua senhora e uma cunhada, sua mãe, a Exma. marquesa de Inhambupe e sua filha mais moça, a sra. D. Constança. S. M. demorou-se algum tempo em graciosamente conversar com estas senhoras e como lhe participassem que o almoço estava servido, às 9 horas, assentou-se à mesa, fazendo a honra de nela admitir além dos semanários e presidente da província, todas as pessoas da família do sr. dr. Cunha e, além destas, o juiz de Direito, o juiz municipal, o sr. dr. Barbosa Filho que pouco antes lhe havia beijado a mão e, bem assim, ao sr. comendador Hilário. O almoço oferecido a S. M. esteve em harmonia com tudo o mais que na casa se observava: foi suntuoso, delicado e de apurado gosto. Findo o almoço, S. M. passou por todas as salas da casa que estavam elegantemente preparadas e depois fez a graça de ouvir a irmã mais moça do sr. dr. Pereira da Cunha cantar umas cançonetas francesas.

Todo o resto da manhã ocupou-se S. M. em receber os inúmeros cidadãos que de todas as partes afluíam para ter a honra de beijar-lhe a mão, a todos tratando com suma afabilidade e informando-se minuciosamente com o sr. comendador Peixoto Wernek que, na qualidade de comandante superior, se lhe tinha apresentado com o seu Estado Maior, acerca da guarda nacional de seu comando. S. M., que havia tencionado almoçar somente, na fazenda do Sr. Dr. Pereira da Cunha, fez-lhe a honra de aceitar também o jantar que o mesmo lhe oferecera o qual, servido às 2 horas e meia, em nada esteve inferior ao magnífico e esplendido almoço, sendo admitidos à mesa imperial, além das pessoas já mencionadas, o fazendeiro Sr. Barroso, o comandante superior da Guarda Nacional e o chefe da Legião de Vassouras, o Sr. Manoel Gomes Ribeiro de Avelar. No fim da profusa e muito escolhida sobremesa, o sr. dr. Pereira da Cunha levantando-se fez uma saúde ao Imperador que, entusiástico e geralmente correspondida, foi graciosamente por S. M. agradecido. S. M. voltando de novo ao salão ainda ouviu cantar a mesma senhora a quem já tinha ouvido; mas como principiasse a ameaçar trovoadas, mandou acelerar a sua partida para a vila, indo primeiramente visitar o engenho da fazenda e de todas as suas fábricas sobre elas fazendo judiciosas e acertadas considerações. Tornando

para a casa, S. M. recolheu-se a seu quarto e aí fardou-se com o uniforme de marinha. Às 4 horas e meia da tarde, depois de despedir-se de todas as senhoras, dirigindo à consorte do sr. dr. Cunha palavras de agradecimento e que mostravam quanto estava satisfeito da hospedagem, montou a cavalo, deixando a todas as pessoas que com ele estiveram, penhoradas da sua extraordinária afabilidade. Imenso número da gente mais grada do município formava seu acompanhamento que consideravelmente aumentou-se ao chegar à passagem denominada – Encruzilhada – onde o Sr. barão de Capivari, outros muitos cidadãos e um luzido piquete de guardas nacionais o esperavam junto do lindo arco de murta que o fazendeiro Sr. José Inocência de Andrade e Vasconcelos havia mandado erigir. Depois de muitos e repetidos vivas, S. M. continuou a seguir e ainda antes de chegar à vila teve de passar por baixo de outro arco, também de murta, preparado pelo sr. Pacheco, administrador das obras da ponte. Daí em diante, as nuvens de pó levantadas pela extraordinária multidão de cavaleiros que seguiam ao Imperador, foram abatidas pela chuva que, em grossas gotas, começou a cair sem contudo resfriar o intenso prazer dos cidadãos presentes”.

A passagem do Imperador pela “Fazenda do Governo” foi um marco em sua história. Ela denota a importância da

fazenda na região, por ter sido escolhida como um dos pontos de parada. Possuía os recursos necessários para recepcionar tão ilustre personagem, como podemos perceber através da sua descrição, além de ter reunido as pessoas mais influentes da localidade. O documento citado é peça preciosa para análise mais detida das maneiras de receber e servir hóspede(s) de “máxima envergadura” pelos senhores rurais, em suas próprias casas. E sua tentativa de reproduzir, de modo hierarquicamente subordinado, o que seriam as corretas regras de corte.

A “Fazenda do Governo” foi fotografada em 1858 pelo francês Victor Frond, fotógrafo com oficina no Rio de Janeiro e daguerreotipista. Calcula-se que esteve no Brasil no período entre 1857 e 1862, quando teria regressado à França. Foi o primeiro a registrar a vida dos escravos no Brasil através da fotografia. Convidou Charles Ribeyrolles, para escrever o texto francês do livro *Brasil pitoresco* (ver referências bibliográficas). Este livro constituía ambicioso projeto para a época; nele, Frond reuniu um conjunto de setenta e quatro imagens, que retratavam paisagens, aspectos da vida cotidiana e tipos humanos.

O livro foi editado em 1859, pela Tipografia Nacional (Brasil). Mas o “*Brazil pittoresque*”, em dois volumes, com texto em francês e português, foi impresso em 1860, pela oficina litográfica *Imprimerie Lemercier*, Paris. Contém inúmeras fotografias de Frond, inclusive duas da “Fazenda do Governo”. Infelizmente seus originais desapareceram; especula-se que foram levados por ele quando regressou a seu país.

Ribeyrolles visitou entre outras localidades, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São Fidélis, Campos. Sobre a visita à “Fazenda do Governo” escreveu:



Fazenda do Governo no início do sec. XIX.

“(…) vou conduzir-vos a bom lugar, na Fazenda do Governo, em casa do dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha. Aí encontrareis boa guarida e mão leal, e iremos juntos visitar uma dessas poderosas criações de Deus que nascem, crescem, vivem por si mesmas, não são efêmeras como o homem e suas obras” (RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. São Paulo: Livraria Martins, 1859. 2 v. v. 1, p. 208)

A poderosa criação divina a que se referia Ribeyrolles era a floresta virgem, que, então, circundava a “Fazenda do Governo”.

Matias Bernardino Alexandre foi o undécimo proprietário da “Fazenda do Governo”. É descrito nos relatos como uma “pessoa curiosa, polaca de nascimento”, diz a lenda que, chegando ao Rio de Janeiro sem recomendação de espécie alguma, a polícia julgou-o vagabundo e prendeu-o. Alexandre, porém, explicou-se: “queria trabalhar, e se a polícia lhe fornecesse meios, para ganhar a vida, haveria de

dar provas disso”. Em pouco tempo, conseguiu pequeno capital, tornando-se logo mascate, ou seja, mercador ambulante. Afreguesando-se em uma fazenda em Paty do Alferes, hoje município da região centro-sul fluminense, no Vale do Paraíba, casou-se com sua proprietária que era viúva. Aumentou consideravelmente a riqueza da esposa.

Como proprietário da “Governo”, desenvolveu grande atividade, conseguindo aumentar significativamente seu pecúlio, tornando-se protetor de todos os seus vizinhos. Isso lhe valeu gozar, de grande renome na região, e em 1873 foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, “em atenção aos relevantes serviços prestados à instrução pública da sua freguesia”.

Com a morte do Comendador Matias Bernardino Alexandre, a “Fazenda do Governo” passou a pertencer a seus sobrinhos, naturais da Polônia. Esses foram os duodécimos proprietários da Fazenda do Governo, e por apenas dois anos, de 1879 a 1880.

O dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros, foi o décimo terceiro proprietário da “Fazenda do Governo”, de 1880 a

1896. Era o dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros “cearense de cultura jurídica incomum”, casado com d. Sara Blackall, natural de Londres, e viúva do industrial italiano Del Vecchio. Este, por razões políticas, teve de fugir para a Inglaterra em companhia de Giosep Mazzini, patriota italiano fundador da sociedade secreta Jovem Itália, que conspirou pela unificação da Itália.

Este novo proprietário mudou o nome da fazenda para o da cidade em que nascera – Sobral, hoje município do estado do Ceará. Foi, na época, considerado notável advogado do Foro de Paraíba do Sul. Exerceu por várias vezes o cargo de vereador e de presidente da Câmara do Município. Era irmão do senador do Império dr. João Ernesto Viriato de Medeiros, engenheiro militar e representante da Província do Ceará, e do dr. Trajano Viriato de Medeiros, desembargador da Relação da Província do Rio Grande do Sul. O dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros representou o estado do Rio de Janeiro na primeira Constituinte Republicana.

Do matrimônio nasceram três filhos: Eugênia que se casou com o dr. Antônio José Miranda Carvalho; Armando e Estér.

O décimo quarto proprietário, em ordem cronológica, da antiga “Bom-Governo” foi o dr. Antônio José de Miranda Carvalho, genro do dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros, médico, descendente de família sul-paraibana de origem mineira, havia mais de um século domiciliada neste município.

O dr. Miranda Carvalho foi presidente da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Sempre opinou ser dever urgente e medida de salvação pública, a construção do sistema de abastecimento de água e da rede de esgotos para aquele distrito.

Afastando-se da política por achá-la francamente contrária aos interesses públicos, dedicou-se ao cultivo de suas terras. Em 1930, com a vitória da Revolução, foi convidado a ser presidente do Conselho Consultivo do Município, cargo que exerceu até 1935, quando se demitiu, tal a divergência de idéias e princípios com o prefeito da época.

O dr. Miranda Carvalho deixou a reputação de excelente proprietário. Com sua morte, ocorrida em 1940, passou a “Fazenda do Eremitório” – que havia sido assim batizada por ele devido à solidão daquelas florestas – a seus filhos.

Estes venderam a propriedade em 23 de março de 1954 a Milton de Souza Carvalho, possuidor de grande experiência no ramo imobiliário. Ele dividiu a área em mais de cem sítios ou lotes, terrenos prontos para qualquer construção, geralmente utilizados como estabelecimento agrícola para pequena lavoura – e denominou esse loteamento de “Parque Maravilha”.

Os sítios foram numerados. O que tomou o n. 114 abrangia uma área de 18 alqueires, isto é, 762.190 m², onde está localizada a sede da “Fazenda Eremitório”. O dito sítio foi vendido em 26 de fevereiro de 1957, por permuta com outras terras, a José Ramos Carlos, que o vendeu, em 5 de maio de 1961, a Antônio Esteves dos Reis, mesmo tendo prometido vendê-las a Moacyr Nogueira Pereira.

Segundo a tradição oral da região, Moacyr Nogueira Pereira, por se considerar legítimo possuidor, transferiu sua posse a Antônio Nogueira no período entre 1959 e 1960. Antônio Nogueira devastou árvores para vender madeira e demoliu o prédio do antigo engenho de açúcar. Foi o que restou do sr. Nogueira na memória

coletiva; seu nome não é mais citado nos relatos orais.

Antônio Esteves dos Reis vendeu seu sítio, em 16 de janeiro de 1960, a Altamiro Figueira, sua mulher Anair Gabriel Figueira e suas três filhas casadas, cabendo a cada qual, uma quarta parte da propriedade.

Altamiro Figueira e sua mulher, já haviam adquirido do espólio de Milton de Souza Carvalho, a parte restante da propriedade – na realidade a maior parte – com 1.923.570 m², resultado do rememoração de vários sítios.

Por escritura de 3 de janeiro de 1975, Altamiro Figueira e sua mulher venderam o sítio com a sede, para a atual proprietária, que, na mesma data, comprou a supracitada parte restante da propriedade do mesmo Altamiro Figueira, sua mulher e suas filhas.

A usina de força hidráulica, ainda existente e funcionando, foi construída por Milton de Souza Carvalho e filhos, na década de 1950, quando loteou a propriedade, aparentemente com o objetivo de suprir todo o loteamento de energia.

O velho pavilhão que existe perto da sede é muito antigo; contemporâneo da sede, teve várias utilizações. No Brasil colônia, talvez tivesse sido sede da Fiscalização da Pesagem de Ouro (Paraíba do Sul era um ponto estratégico para a saída de ouro de Minas Gerais). Miranda Carvalho transformou o pavilhão em colégio, Altamiro fez ali um curral. O referido pavilhão foi restaurado pela atual proprietária visando restabelecer o seu provável aspecto original. A “Fazenda do Governo” hoje é chamada “Fazenda Maravilha”.

A região de Paraíba do Sul mantém viva muitas de suas tradições. Assim, a estrada “Caminho Novo”, mantinha em troncos cortados a famosa frase de Tiradentes: “Se dez vidas tivesse, todas eu

daria”. Infelizmente, estes testemunhos materiais foram apagados, deles restando somente o testemunho feito pela população local.

Fontes primárias

- Memória anônima pertencente à “Fazenda do Governo”, hoje, “Fazenda Maravilha”, situada na localidade de Marrecas, no município de Paraíba do Sul.
- Depoimento de antigos lavradores moradores da região do Município de Paraíba do Sul.
- Depoimento tomado de um trabalhador rural do local em 1983, que aos 80 anos deu, pela última vez, seu depoimento sobre a história da fazenda e da região. Além disso, relatos semelhantes existem na tradição oral local.

Referências bibliográficas

- CASADEI, Thalita de Oliveira e OLIVEIRA, Luiz da Silva. “Concessão de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a d. Pedro II após sua viagem à região central fluminense em 1848”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Brasília – Rio de Janeiro: IHGB, 1984, pp. 11-54.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREZ, Gilberto e NAEF, Weston J. *Pioneer Photographers of Brazil – 1840-1920* – Nova York: Center for Inter-American Relations, 1976.
- FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *História geral da civilização brasileira. Tomo I – A época colonial* – 1 v. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado* [direção geral, Abrahão Koogan; supervisão editorial, Antônio Houaiss], 4. ed. – Rio de Janeiro: Seifer, 1999.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Setores da evolução fluminense IV. O homem e a serra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia. Edição da Divisão Cultural, 1963.

RIBEYROLLES, Charles. 1812-1860. *Brazil pittoresco: álbum de visitas, panoramas, paisagens, monumentos, costumes, etc.: com os retratos de sua majestade Imperador Don Pedro II et da família imperial*. Paris: Lemercier [1861].

_____. *Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições*. São Paulo: Livraria Martins, 1941, 2v.

VASQUEZ, Pedro. *Fotógrafos pioneiros no Brasil. V. Frond, G. Leuzinger, M. Ferrez, J. Gutierrez*. Rio de Janeiro: Dazibao, 1990.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Notas

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo I – A época colonial – 1 v. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 104.

² Os Corpos de Ordenanças foram criados em 1570, com o objetivo de regulamentar a vida militar em Portugal e seus domínios. O

regimento de sua criação determinava que todo homem entre 18 e 60 anos capaz de combater deveria se alistar, para que estivessem sempre em condições de pegar em armas e defender a terra em caso de necessidade. O comando quase sempre cabia aos “principais da terra” e os da “melhor nobreza e cristandade”. Cf. Mello, 2002.

³ Citação retirada da Memória relativa à “Fazenda do Governo”.

⁴ A sede de fazenda é a casa de residência principal, de onde se administra a fazenda.

⁵ Hospitais eram os locais para onde eram levados os escravos doentes. Senzalas higiênicas eram um tipo de senzala edificadas de maneira mais salutar, por melhor construídas; são as que resistem, em maioria, ainda hoje.

⁶ Relatos e depoimentos de moradores da região.

⁷ Girândola: roda ou travessão em que se reúne certo número de foguetes, que sobem e estouram simultaneamente; o conjunto dos foguetes assim reunidos. Cf. Ferreira, 1975.

⁸ Semanário: camarista que ficava de serviço no paço por uma semana. Idem.

⁹ Trata-se de Hilário Joaquim de Andrade, proprietário da Fazenda Serraria, que produzia café e açúcar, além de ter uma serraria. Foi o primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila de Paraíba do Sul e participou como Deputado da Assembléia Legislativa Fluminense. Cf. Casadei e Oliveira, 1984. ■